| CIVIL | | | | | |
|---|---|--|--|--|--|
| SERVIDOR | OBJETIVO | | | | |
| NOME: ANDERSON MORAES CASTRO CARGO: GERENTE MF: 5946272-1 LOTAÇÃO: GFLU | PARA REALIZAREM AS MANUTENÇÕES DAS EMBARCAÇÕES PERTECENTES A FROTA DO ESTADO | | | | |
| NOME: ANTÔNIO DA PAIXÃO NONATO CARGO: ASSESSOR MF: 5949629-1 LOTAÇÃO: GFLU | PARA REALIZAREM AS MANUTENÇÕES DAS EMBARCAÇÕES PERTECENTES A FROTA DO ESTADO | | | | |

II - Conceder de acordo com as bases vigentes 14 ½ (quatorze e meia) diária para civil no valor unitário de R\$ 247,07 para nível II, totalizando a importância a ser paga de R\$ 7.165,02 aos servidores acima, que se deslocaram conforme item I.

III- Prazo para prestação de contas, 05 (cinco) dias após a data do retorno da viagem

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, 21 de outubro de 2025.

PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa Protocolo: 1258790

FÉRIAS

PORTARIA Nº 1266/2025-SAGA Belém, 20 de outubro de 2025

CONSIDERANDO: O Processo nº 2025/3511059, e requerimento. CONSIDERANDO: A PORTARIA 1912/2024-SAGA, de 17.10.2024, concedeu 15 dias de férias à servidora VERA LÚCIA ALBUQUERQUE AMARAL, Gerente de Comunicação Crítica, MF 51855572/7, 2023/2023, no

período de 26/12 a 09/01/2025(15 dias). R E S O L V E: Conceder o restante de 15 (quinze) dias do período de gozo de férias no mês de dezembro de 2025 à servidora abaixo relacionada:

| NOME | CARGO/FUNÇÃO | P. AQUISITIVO | PERÍODO A SER GOZADO | MATRÍCULA |
|------------------------------------|-----------------------------------|---------------|---|------------|
| VERA LÚCIA ALBUQUER- QUE AMARAL | GERENTE DE COMUNICAÇÃO CRÍTICA | 2023/2023 | 29/12 A 12/01/2026(15 DIAS REST.) | 51855572/7 |

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa da SEGUP

Protocolo: 1258656

OUTRAS MATÉRIAS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025

Regulamenta os critérios para a concessão do Auxílio Uniforme; a indicação dos itens que compõem o uniforme e sua padronização: as regras acerca das exclusões e prestação de contas; e demais normas acerca do uso inadequado, destruição ou extravio do uniforme, nos termos do Art. 2º da Lei nº 11.090/2025, que dispõe sobre a criação do Auxílio Uniforme para os servidores efetivos e comissionados, da área operacional, dos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública do Estado do Pará

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 138, incisos I, II e IV da Constituição do Estado do Pará,

CONSIDERANDO que o Art. 2º da Lei nº 11.090, de 08 de julho de 2025 dispõe que a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), órgão central do Sistema Estadual de Segurança Pública do Estado do Pará (SIEDS), editará regulamento específico, contemplando os critérios para a concessão do Auxílio Uniforme; a indicação dos itens que compõem o uniforme e sua padronização; as regras acerca das exclusões e prestação de contas; e demais normas acerca do uso inadequado, destruição ou extravio do uniforme,

RESOLVE:

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 1º Esta Instrução Normativa regulamenta os critérios para a concessão do Auxílio Uniforme; a indicação dos itens que compõem o uniforme e sua padronização; as regras acerca das exclusões e prestação de contas; e demais

normas acerca do uso inadequado, destruição ou extravio do uniforme, nos termos do disposto no Art. 2º da Lei nº 11.090, de 08 de julho de 2025.

CAPÍTULO II

CRITÉRIOS PARA A CONCESSÃO

Art. 2º O Auxílio Uniforme será pago aos servidores em atividade, efetivos e comissionados ocupantes de cargos operacionais da Polícia Civil do Pará, Polícia Científica do Pará, Departamento de Trânsito do Estado do Pará e Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.

Art. 3º Para fins desta Instrução Normativa, em acatamento ao teto do crédito orçamentário disposto na Lei Estadual nº 11.090/2025, terão direito ao recebimento do auxílio uniforme exclusivamente os servidores ocupantes dos seguintes cargos de provimento efetivo operacionais:

- I Polícia Civil:
- 1. Delegado de Polícia Civil;
- 2. Investigador de Polícia Civil;

- 3. Escrivão de Polícia Civil;
- 4. Papiloscopista;
- 5. Motorista Policial;
- 6. Auxiliar Técnico da Polícia Civil;
- Perito Policial.
- Polícia Científica:
- 1. Períto Criminal da Polícia Científica;
- 2. Perito Médico Legista;
- 3. Auxiliar Técnico de perícia;
- III Departamento de Trânsito do Estado do Pará:
- 1. Agente de Fiscalização de Trânsito.
- IV Secretaria de Estado de Administração Penitenciária:
- 1. Policial Penal.

Art. 4º Independentemente do momento em que o servidor for empossado no cargo operacional, somente terá direito ao recebimento uma vez ao ano, qual seja, no mês de outubro, isto é, não haverá pagamento retroativo. Parágrafo único - Somente terá direito ao recebimento no mesmo ano, o servidor que tomar posse até o dia 30 de setembro.

CAPÍTULO III **DO UNIFORME**

Art. 5º Considera-se Uniforme para fins da Lei nº 11.090/2025, todo o vestuário, incluindo entre outros, farda, calçados, cintos, acessórios ou equipamentos do uniforme, confeccionados de acordo com a padronização já utilizada por cada órgão, para o desempenho de suas atividades operações

CAPÍTULO IV

DAS EXCLUSÕES, VEDAÇÕES, USO INADEQUADO E PRESTAÇÃO DE **CONTAS**

Art. 6º Será excluído do recebimento do auxílio uniforme o servidor que: I - tornar-se inativo;

II - For afastado de suas funções em razão de procedimento disciplinar, ou estiver afastado da atividade aguardando o processo de aposentadoria, ou em razão de ter sido julgado incapaz definitivamente para o exercício da função;

III - Estiver cumprindo pena judicial restritiva de liberdade, com prejuízo ao exercício da função;

IV - Estiver de licença para exercício de mandato eletivo;

V - Estiver usufruindo de qualquer licença, há mais de 330 (trezentos e trinta) dias, exceto atividade classista;

VI - Ter usufruído de qualquer licença, por mais de 330 (trezentos e trinta) dias anteriores ao mês do pagamento do auxílio uniforme, exceto atividade

Art. 7º É proibido ao servidor beneficiado pelo auxílio uniforme:

I - Doar, vender, emprestar, locar ou fornecer uniforme a terceiros que não sejam da sua respectiva instituição;

II - Usar o uniforme para exercer atividade atípica à do trabalho reconhecido pela respectiva instituição;

III - Sobrepor o uniforme a insígnias de sociedade particular, associação religiosa, política, esportiva ou, ainda, usar indevidamente medalhas desportivas, distintivos ou condecorações,

não regulamentares;

IV - Suprimir a identificação do uniforme ou utilizar-se de meios ilícitos para dificultar sua identificação.

V- Negar-se a adquirir uniforme, equipamentos ou outros objetos congêneres, após recebidos os recursos do auxílio uniforme.

Art. 8º Em caso de extravio do uniforme, o servidor deverá adotar medidas administrativas para informar de maneira formal o seu respectivo Órgão, bem como, registrar Boletim de Ocorrência Policial, sem prejuízo de apuração nos termos da Lei Estadual nº 5.810/1994.

Art. 9ª Cada Órgão beneficiado, deverá instituir ato normativo interno específico para regular a prestação de contas, de modo a preservar a efetiva utilização do valor correspondente ao auxílio uniforme.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10º Fica Revogada a Instrução Normativa nº 001, de 19 de setembro de 2025 - SEGUP.

Art. 11º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação. **UALAME FIALHO MACHADO**

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Protocolo: 1258538

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE FISCAL Nº 146/2025 - CCC

Objeto: NOMEAR o CAP QOAPM RR RG 13781 ADAILSON DOS SANTOS LEAL, na função de fiscal titular do Instrumento Substitutivo nº 2025.260101NE015310 celebrado entre a PMPA e a AMENA CLIMATIZAÇÃO LTDA.; Belém/PA, 21 de ourubro de 2025; WAGNER LUIZ DE AVIZ CARNEIRO – CEL QOPM RG 27252 DIRETOR DE APOIO LOGÍSTICO.

Protocolo: 1258646

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE FISCAL Nº 147/2025 - CCC Objeto: NOMEAR o 1º TEN QOPM RG 42795 RONILSON AMANAJÁS

ALMEIDA, na função de fiscal titular do Contrato Administrativo 091/2025-PMPA celebrado entre a PMPA e a R. MOTA PINHEIRO DE MORAIS - ME.; NOMEAR a CB QPMP-0 RG 41165 GLENDA CRISTINA VIANA ASSUNÇÃO,